



Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT

SARAIVA, M. S. Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT.
Rio de Janeiro: Metanoia, 2017.

Carolina Gonçalves Santos de Brito*

A obra *Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT* de autoria de Marcio Sales Saraiva, publicada em 2017, resulta da dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ) no ano de 2014. Nesta obra o autor aborda o processo de construção de políticas públicas LGBT, cuja preocupação central não reside em apresentar a trajetória cronológica, mas sim os atores estatais e não estatais envolvidos, bem como as tensões, disputas e contradições que, necessariamente, constituem este processo. O autor expõe, então, a inexorável vinculação entre a presença do conservadorismo religioso – representado majoritariamente, mas não exclusivamente, por grupos evangélicos pentecostais e neopentecostais – no sistema político brasileiro e os óbices à construção dos direitos LGBT. A crescente representatividade de tais grupos na esfera pública traz consigo o reforço de um projeto societário comprometido com a (re) produção de desigualdades, o que significa propostas de condução das políticas públicas coadunadas com o ataque aberto aos direitos humanos e com a erosão de direitos já conquistados por grupos socialmente discriminados, a exemplo da população LGBT. A presença e influência do conservadorismo religioso no Estado brasileiro não é fenômeno novo, o que evidencia a imprescindibilidade de desvelamento e apreensão deste processo, sobretudo diante de um cenário político configurado pelo avanço expressivo de lideranças religiosas LGBTfóbicas, racistas e misóginas, especialmente no âmbito do

* Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ). *Correspondência*: Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Serviço Social: Rua São Francisco Xavier, 524, bl. D, sl. 9002 – Pavilhão João Lyra Filho – Maracanã, Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20550-013. *Email*: <carolina.gsb@hotmail.com>.

poder legislativo; sendo este, portanto, o movimento analítico empreendido pelo autor.

O objeto de estudo consiste em analisar as políticas públicas voltadas para as pessoas LGBT no estado do Rio de Janeiro no período compreendido entre os anos de 1999 – quando então ocorre a criação do Disque Defesa Homossexual (DDH) no âmbito da Secretaria de Segurança Pública – e 2013. O autor sinaliza que a abordagem estatista de política pública evidencia o Estado enquanto ator protagonista no processo de elaboração e implementação de tais políticas; portanto, políticas públicas fluminenses relacionadas aos direitos LGBT são aquelas cuja iniciativa emana de um ator estatal, ainda que enquanto resposta a determinadas pressões/demandas de movimentos sociais, pois as ações e decisões privadas empreendidas por atores não estatais – tais como ONGs, sindicatos, associações de cidadãos etc. – mesmo que de interesse público ou coletivo, e de visceral importância à ampliação do reconhecimento dos direitos LGBT e no suporte às ações do Estado, não configuram-se enquanto políticas públicas.

Apreender a construção de políticas públicas estatais exige considerar, de acordo com o autor, que este processo envolve, necessariamente, atores visíveis da democracia (eleitos, mídia, partidos políticos, associações de moradores, grupos de pressão – que no referido objeto de estudo compreende militantes das organizações da sociedade civil de defesa dos direitos LGBT – etc.), bem como atores invisíveis da democracia (acadêmicos, especialistas, gestores e burocratas).

A análise abrange tanto os projetos de lei referentes aos direitos LGBT aprovados, efetivando-se como políticas de Estado, quanto os não aprovados, no âmbito do poder legislativo estadual – a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) –, pois “em políticas públicas, a inatividade governamental é tão importante quanto a atividade governamental. A suposta ‘omissão do legislativo’ diante da pauta LGBT é um dado importante para a análise da política pública” (SARAIVA, 2017, p. 35).

É preciso considerar o entrave que no cenário político brasileiro o *holding conservador* apresenta ao processo de construção de políticas públicas dirigidas à população LGBT. Isto porque o autor expõe que a representação democrática não está alheia à influência de atores que, constituindo o *holding conservador*, fornecem apoio financeiro, pessoal e simbólico a campanhas eleitorais de parlamentares, e, deste modo, asseguram a eleição de deputados/as que compõem a denominada “bancada evangélica”. No primeiro capítulo o autor então expõe a compreensão do Estado, das políticas públicas e da representação democrática que orienta a análise do objeto de estudo.

No segundo capítulo o autor aborda iniciativas no campo dos direitos humanos no cenário internacional, em especial as que referenciam os direitos da população LGBT, bem como expõe, no escopo dos direitos humanos, os marcos históricos dos direitos LGBT no Brasil, explicitando os

atores estatais e não estatais envolvidos neste processo constituído por importantes conquistas, mas também por entraves e retrocessos – de que o cancelamento do Projeto Escola sem Homofobia é exemplo.

As dificuldades de discussão e formulação dos direitos LGBT relacionam-se à ampla disseminação do conservadorismo moral-sexual e – em estreita vinculação – à crescente inserção de grupos religiosos conservadores na esfera pública brasileira, sobretudo no âmbito do poder legislativo. Saraiva expõe que o avanço do que denomina *holding conservador* no Brasil – que é apenas parte de um campo conservador da sociedade brasileira – relaciona-se à emergência e à consolidação crescente entre agentes públicos e lideranças carismáticas de igrejas pentecostais e neopentecostais. De acordo com o autor, a “bancada evangélica” no poder legislativo é, geralmente, formada por membros e representantes das referidas igrejas, e, neste sentido, sinaliza que o termo “bancada evangélica” é impreciso, pois o pentecostalismo e o neopentecostalismo não representam todo o universo do que pode-se chamar de “igrejas evangélicas”. Ademais, expõe que grupos religiosos católicos conservadores também têm representatividade no âmbito desta bancada parlamentar.

Apesar da assunção de particularidades no atual contexto da política brasileira – evidenciadas pelo autor –, Saraiva sinaliza que a vinculação entre política e religião não é um fenômeno novo no Brasil, de modo que a laicidade do Estado brasileiro, embora garantida formalmente a partir da última década do século XIX, jamais efetivou-se por completo. Especialmente no poder legislativo a ameaça à laicidade do Estado é expressiva na medida em que há o demasiado crescimento do conservadorismo religioso, e com ele, a ausência de compromisso com qualquer defesa dos direitos LGBT. Parlamentares utilizam, então, o Estado brasileiro enquanto *lôcus* privilegiado para promover o retrocesso no campo dos direitos sexuais e/ou do direito à expressão/identidade de gênero, bem como para impedir a ampliação de tais direitos.

De acordo com o autor, entender os óbices à ampliação e consolidação da cidadania LGBT pressupõe apreender o aspecto cultural ou o ambiente social que os circunscreve. Expõe, então, que a cultura é forjada por interações humanas ao mesmo tempo em que influencia, através de normas sociais, valores, instituições, expectativas etc., todos os indivíduos. A influência não significa a restrição da cultura a mecanismos coercitivos, pois igualmente comporta possibilidades de desvio e negação de padrões hegemonicamente instituídos, bem como de criação de novas dinâmicas de interação social.

Dito isto, o autor argumenta a relação entre o discurso religioso judaico-cristão e a heteronormatividade, visto a concepção literal e acrítica que o fundamentalismo evangélico ou católico promove das escrituras judaico-cristãs, bem como a influência que a matriz judaico-cristã detém na formação da cultura; assim, expõe que “(...) todos nós somos frutos de uma

complexa interação com essa cultura bíblica. Essa é a raiz cultural e ancestral do binarismo heterossexual de gênero (...)” (SARAIVA, 2017, p. 132); sendo este, portanto, o debate evidenciado no terceiro capítulo.

A norma social hegemônica, fundamentada na compreensão binária e biologicista do gênero e da sexualidade, define que identidades de gênero e identidades sexuais legítimas são aquelas que correspondem, respectivamente, aos padrões da cisgeneridade e da heterossexualidade; inscreve, portanto, a identidade de gênero e a sexual sob o determinismo biológico, perspectiva rejeitada pelo autor em questão, que apreende o gênero e a sexualidade enquanto construção sociocultural.

É, então, no âmbito de uma “cultura binária/heterossexual” (SARAIVA, 2017, p. 133) que lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais vivenciam cotidianamente, e em diversas dimensões da vida social, preconceito, discriminação e estigmatização por não corresponderem às normas regulatórias do gênero e/ou da sexualidade, pois “na sociedade em que vivemos, com fortes valores judaico-cristãos, ser ‘viado’, ‘sapatão’, ‘bi’, ‘trava’ ou ‘transex’, são comportamentos desviantes da norma social hegemônica, daquilo que está estabelecido. É contrariar os valores patriarcais, machistas e heterossexuais” (ibidem, p. 144).

O autor salienta que na trajetória de construção de políticas públicas LGBT faz-se necessário considerar, portanto, a ingerência que o conservadorismo moral-sexual possui neste processo. Incorporado por grupos evangélicos fundamentalistas e católicos fundamentalistas, mas não restrito a setores religiosos conservadores, pois inscrito num campo conservador mais amplo da sociedade brasileira, o conservadorismo moral-sexual se expressa em posicionamentos que defendem, por exemplo, a criminalização de todas as formas de aborto, a possibilidade da “cura gay”, regalias tributárias e fiscais para entidades religiosas, a proibição da união civil entre pessoas do mesmo sexo, em suma, as violações dos direitos humanos.

Tais posicionamentos adquirem força mediante, por exemplo, projetos de lei no âmbito do poder legislativo propostos por parlamentares que enquanto representantes do conservadorismo efetivam mandatos consonantes aos interesses do *holding conservador* que, por meio de apoio midiático e econômico, favorece-os/as na disputa eleitoral, bem como convergente às expectativas e interesses de seu mercado eleitoral, isto é, da parcela de eleitores contrários à manutenção e/ou ampliação de políticas públicas que assegurem direitos LGBT. Diante deste quadro parlamentar e das lacunas no que diz respeito ao reconhecimento das demandas da população LGBT também no âmbito do poder executivo, o autor aponta que os avanços dos direitos LGBT consubstanciados em políticas públicas concentram-se, em grande parte, no poder judiciário, o que não significa que sua atuação seja destituída de contradições.

No quarto e último capítulo o autor então aborda o processo de construção de políticas públicas LGBT no âmbito da ALERJ, evidenciando

as tensões, disputas e relações de poder que sobre ele incidem. A análise da trajetória dos projetos de lei referentes aos direitos LGBT – que engloba a proposição, bem como os debates em torno da aprovação ou não aprovação – demonstra a presença de parlamentares com posicionamentos pró-direitos LGBT e daqueles/as que defendem o retrocesso e/ou não ampliação dos direitos sexuais e/ou do direito à expressão de gênero; ambas as situações envolvendo parlamentares de diferentes origens partidárias.

O autor apresenta discursos enunciados por deputados/as que explícita, ou implicitamente, utilizam argumentos religiosos, bem como biológicos/essencializadores, na produção de justificativas cujo objetivo é impedir o reconhecimento pelo Estado dos direitos da população LGBT. Assim, o poder legislativo estadual, formalmente laico, em verdade comporta um emaranhado de posicionamentos e discursos cristãos conservadores, mas também conservadores de cunho não confessional, que expressam e reforçam o machismo, o racismo, a LGBTfobia, a xenofobia, dentre outras práticas discriminatórias que compõem o conservadorismo profundamente arraigado na sociedade brasileira.

A ausência de compromissos com a democratização das políticas públicas no atendimento às necessidades sociais das maiorias é representativa da direção assumida pelas elites econômico-políticas na formação social brasileira, que sempre preconizaram seus interesses particulares em detrimento da ampliação e consolidação da cidadania; assim, sob tais condições sócio-históricas e culturais as políticas públicas historicamente caracterizam-se pela “subordinação à matriz conservadora, oligárquica e patrimonialista” (YAZBEK, 2001, p. 38). Na conjuntura política atual violações de direitos são agudizadas, mediante o desmonte do frágil sistema de proteção social, haja vista o avanço expressivo do conservadorismo na esfera pública brasileira, que traz consigo duras ofensivas aos direitos historicamente conquistados, e, portanto, o acirramento de desigualdades de todas as ordens. No Legislativo assiste-se o crescimento da representatividade de bancadas religiosas fortemente atuantes na contramão dos direitos sociais e humanos, pois favoráveis à redução da maioria penal, ao Estatuto da Família, ao projeto Escola sem Partido, ao Estatuto do Nascituro, dentre outras facetas do conservadorismo. Nas eleições brasileiras atuais, de 2018, candidatos/as ao Legislativo e ao Executivo valem-se, explicitamente, de posicionamentos machistas, misóginos, racistas e LGBTfóbicos e de discursos de cunho religioso, em que inúmeras menções a Deus e leitura da Bíblia fazem-se presentes. Em tempos de recrudescimento do conservadorismo e retrocessos no campo da cidadania – em que os direitos da população LGBT são alvos de ataques orquestrados por setores cristãos conservadores atuantes nos poderes legislativo e executivo –, análises acerca da ofensiva ao Estado democrático e laico são urgentes; as reflexões presentes em *Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT* são, portanto, atualíssimas e de fundamental relevância social.

Referências

SARAIVA, M. S. Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT. Rio de Janeiro: Metanoia, 2017.

YAZBEK, M. C. Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. Revista *Temporalis*. Brasília: ABEPSS, Grafile, ano. 2, n. 3, p. 33-40, jan./jul. 2001.

DOI: 10.12957/rep.2018.39440



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.